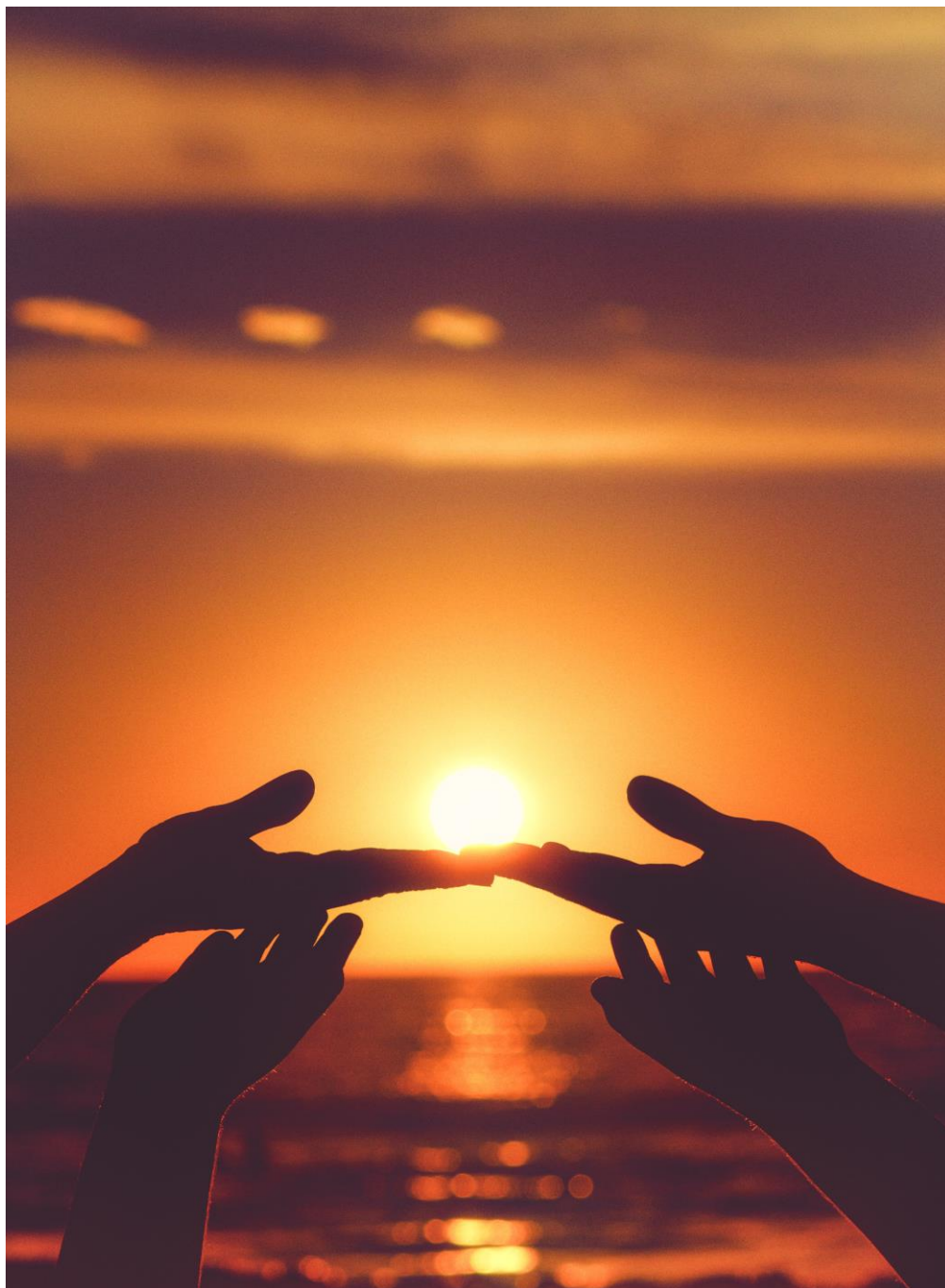


**ORDEM HOSPITALEIRA DE S. JOÃO DE DEUS**  
**CÓDIGO DE ÉTICA**

-----



**Comissão Geral de Bioética**

**Roma, Março 2021**

## PREÂMBULO

O LXIX Capítulo Geral da Ordem Hospitaleira de São João de Deus aprovou a proposta de elaboração de um Código de Ética. O trabalho foi confiado à Comissão Geral de Bioética da Ordem. Depois de estar concluído, o documento foi analisado pelo Definitório Geral e por ele aprovado.

Apesar de a Ordem ter elaborado no ano 2000 a *Carta de Identidade*, onde foram reunidos e desenvolvidos os princípios e elementos essenciais que identificam o nosso Instituto, incluindo os de natureza ética, considerou-se necessário elaborar um Código de Ética, ou seja, um documento que reunisse os princípios, os valores, os critérios e as normas fundamentais que devem ser adotados em toda a Ordem, por todos os Irmãos e Colaboradores, no que diz respeito ao campo da ética na nossa missão, tanto no âmbito assistencial como a nível clínico, social e ambiental, respeitando os princípios éticos da Igreja e da Ordem, abertos ao diálogo e procurando sempre o bem das pessoas carenciadas e das suas famílias, com o máximo respeito pelas suas condições e convicções.

O objetivo fundamental do presente Código de Ética, tendo em conta as diferentes realidades sociais e culturais, consiste em ajudar a desenvolver e a cumprir melhor a missão da Ordem, ou seja, a hospitalidade, que para a nossa Instituição constitui o princípio, o valor, a virtude e a referência ética essenciais. Podemos dizer que a *Hospitalidade é o nosso imperativo ético*, o cânone que nos diz o que se deve ou não se deve fazer, o que está ou não está bem. A *Hospitalidade* é a ética no seu mais alto grau, uma ética “de máximos”, a que nos sentimos chamados: em suma, é a excelência a que devemos constantemente aspirar na nossa atuação com as pessoas por nós assistidas, em fidelidade ao carisma e à missão da Ordem, que São João de Deus, nosso Fundador, nos legou.

A *Hospitalidade* é também um valor e uma categoria ética universal, um ponto de encontro universal, especialmente nestes tempos de globalização e de migrações: é a resposta social, humana e ética justa para o mundo de hoje, que partilhamos com toda a humanidade, tanto no plano humano como no âmbito da criação e do ambiente.

Neste sentido, a *Hospitalidade* torna-se um espaço comum para todos os homens e mulheres deste mundo, independentemente do lugar onde cada um tenha nascido. Um espaço comum para onde todos nós podemos convergir, um ponto central a partir do qual somos chamados a contribuir para humanizar e regenerar a sociedade. A Hospitalidade é global, universal, inclusiva e é uma autoestrada de diálogo com todos. O contrário conduz à “desumanidade” e cria uma sociedade *sem alma*.

Faço votos de que este Código de Ética seja uma ajuda para toda a Família Hospitaleira de S. João de Deus, de modo a orientar a todos na sua vida e no comportamento diário, a fim de prestar cuidados e assistência aos doentes, pobres e necessitados com o profissionalismo, a humanidade, o respeito e a responsabilidade que o projeto da Ordem exige de nós.

Agradeço à Comissão Geral de Bioética da Ordem e a cada um dos seus membros pelo bom trabalho que realizaram, dando resposta ao pedido do Capítulo Geral. Este é um instrumento rico, colocado ao serviço de todos nós, que formamos a Ordem, que contribui para manifestar com ainda mais clareza, se tal é possível, a nossa missão e a nossa identidade nos dias de hoje.

Ir. Jesús Etayo  
Superior Geral

## INTRODUÇÃO

O Código de Ética da Ordem de São João de Deus foi elaborado pela Comissão Geral de Bioética, composta pelos seguintes membros:

- Ir. Hugues ASSOU (Togo – África)
- Ir.<sup>a</sup> Marguerite BOFARULL, RSCJ (Espanha – Europa)
- Ir. Pio CHANG (Coreia – Ásia)
- Ir. Joaquim ERRA, responsável pela Comissão (Espanha – Europa)
- Dr. Salvino LEONE (Itália – Europa)
- Ir. Robert MOORE (Reino Unido – Europa)
- Dr.<sup>a</sup> Sílvia OGER (Argentina - América Latina)
- Ir. André SENE, Secretário da Comissão (Senegal – África)

Esta iniciativa responde ao compromisso assumido no Capítulo Geral de 2019: *"Elaborar um código ético da Ordem, baseado na nossa missão de evangelizar o mundo da pobreza, da doença e do sofrimento, que constitua um guia para as Províncias, as quais, por sua vez, o adaptarão à sua realidade local"* (Linhas de Ação, 5.3.1.)

A Comissão considerou não ser necessário repetir no presente Código de Ética quanto já estabelecido na *Carta de Identidade* da Ordem sobre a Ética, e o seu objetivo não era fazer uma síntese daquilo que nela está estabelecido.

O objetivo do Código de Ética da Ordem consiste em fornecer às Províncias um quadro de referência e orientação que possa ser adaptado às diferentes realidades locais e que enuncie os princípios éticos em que se baseiam as orientações dos diferentes centros da Ordem.

Este Código de Ética foi apresentado e aprovado pelo Definitório Geral, no dia 16 de fevereiro de 2021, e está sujeito a revisão e modificação, se for oportuno, pelo menos de seis em seis anos.

## FONTES DE ATUAÇÃO ÉTICA NA ORDEM HOSPITALEIRA

A ética é a disciplina que estuda o bem e o mal e as suas relações com o comportamento humano. Ajuda-nos a prosseguir o bem, o que nos permite escolher o bem mais elevado possível, ajudando a avançar rumo à excelência como paradigma e objetivo da hospitalidade. Para isso, foram formulados alguns princípios éticos universais, válidos em todos os momentos e em todas as culturas ao longo do tempo (ajudar os outros em situações de necessidade, defender a própria vida e a dos outros, respeitar cada pessoa na sua realidade particular, promover uma melhor qualidade de vida para todos, etc.). Por conseguinte, a vida da Ordem inclui também a universalidade destes princípios nas suas deliberações e decisões.

Os princípios éticos que animam a vida da Ordem, no carisma da hospitalidade, derivam de três fontes principais:

- O *Magistério da Igreja*. A Ordem Hospitaleira faz parte da Igreja Católica e, como tal, toma como referência os critérios evangélicos e os ensinamentos do seu Magistério. Neste sentido, estabelece-se uma dinâmica de respeito e diálogo com os princípios do Magistério eclesial relativamente a situações concretas, às especificidades das instituições e à consciência dos indivíduos.
- *A Ética na vida de São João de Deus*. Foi um tema estudado em profundidade nos últimos anos – (cf. Comissão Geral de Bioética, *A Ética em São João de Deus*, 2012) – permitindo delinear alguns princípios fundamentais e orientações gerais para a abordagem dos principais problemas eticamente relevantes na Ordem, entre os quais, até hoje:
  - a primazia da caridade,
  - a transição da hospitalidade individual para a hospitalidade institucional,
  - a prática das virtudes morais,
  - a atenção às novas formas de pobreza,
  - a abertura universal.
- *A Carta de Identidade*. Este documento foi publicado em 2000 e o capítulo sobre a ética foi reelaborado em 2012. Essa atualização tornou-se necessária para abordar os novos problemas éticos que tinham surgido ao longo de um período de cerca de vinte anos. *A Carta de Identidade* continua a ser o texto de referência ética fundamental para a Ordem. Qualquer outro Código, incluindo este, ou qualquer outra formulação das várias Províncias, devem ser desenvolvidos no âmbito dos princípios éticos formulados na *Carta de Identidade*.

## PRINCÍPIOS ÉTICOS DE HOSPITALIDADE

1. O princípio ético fundamental da Ordem Hospitaleira de São João de Deus consiste em considerar a pessoa humana como o centro da sua ação, especialmente a pessoa humana mais necessitada. Neste sentido, o "outro" torna-se sempre o ponto de referência, que deve não só estar presente, mas ao qual deve também ser reconhecido um papel ativo no processo de tomada de decisão.
2. Este critério fundamental tem sido tradicionalmente traduzido na Ordem pela humanização, tanto na relação entre o profissional e a pessoa assistida, como na relação entre a pessoa acolhida nos nossos centros e a instituição hospitaleira.
3. Neste contexto de humanização, pretende-se garantir a universalidade da assistência, de uma forma inclusiva, com o objetivo de atender a todas as pessoas carenciadas, independentemente da sua pertença étnica, religiosa ou ideológica. Não se trata apenas de evitar qualquer tipo de discriminação, mas de favorecer a

inclusão social em todas as situações de vida das pessoas, acolhendo e respeitando a realidade de cada uma delas.

4. No contexto da Ordem de São João de Deus, a hospitalidade, que é uma virtude moral individual, torna-se também hospitalidade institucional e toda a estrutura de saúde, social, educativa ou socio-sanitária atua como um lugar de verdadeiro acolhimento, assistência e acompanhamento do outro.
5. A Ordem assume "a opção preferencial pelos pobres", prestando uma especial atenção às pessoas em condições de maior vulnerabilidade e/ou em maior risco de marginalização e pobreza, não só económica, mas também existencial.
6. O respeito pelos valores morais faz parte integrante do carisma hospitaleiro, o qual não tem apenas conotações de natureza espiritual, mas também, juntamente com estas, de natureza ética.
7. Os princípios que devem ser considerados de forma transversal nos nossos Centros podem constituir um verdadeiro *Decálogo*:
  - Tutela da saúde e defesa da vida;
  - Respeito pela liberdade das pessoas e defesa dos direitos universais;
  - Responsabilidade social da Ordem;
  - Honestidade individual e institucional;
  - Busca da excelência como máximo bem possível;
  - Verdade e transparência;
  - Lealdade na relação com as outras instituições;
  - Humildade;
  - Respeito pela universalidade e pluralismo;
  - Imparcialidade, oferecendo igualdade de oportunidades em tudo.

Em termos de articulação concreta dos temas moralmente relevantes, teríamos as seguintes cinco grandes áreas:

- Respeito e dignidade da vida humana.
- Proteção e promoção dos direitos das pessoas assistidas.
- Proteção das pessoas mais vulneráveis.
- Organizações éticas.
- Defesa e proteção do ambiente.

## **QUESTÕES ÉTICAS NAS ATIVIDADES ASSISTENCIAIS**

### **1. Respeito e dignidade da vida humana**

A Ordem respeita, promove e defende a vida humana em todas as suas fases e condições.

- *Princípio e fim da vida.* A Ordem respeita a vida humana, desde o seu início até ao seu fim natural, intervindo com os apoios tecnológicos que a ciência disponibiliza hoje para a sua proteção. Ao rejeitar tanto o aborto voluntário como a eutanásia, ela está atenta às pessoas que tomam esta decisão e às suas famílias, de modo a poder ajudá-las, em qualquer circunstância. Hoje em dia, existem meios para prevenir situações extremas. Na realidade da fase terminal da vida, ou perante doenças incuráveis, deve ser dada uma grande atenção ao respeito pela vontade do paciente (disposições antecipadas sobre o tratamento) e ao acompanhamento na fase terminal da existência, através de programas como os cuidados paliativos ou similares.

Os avanços nos métodos e nas possibilidades de reprodução, bem como a multiplicidade de situações familiares em muitas das nossas sociedades, merecem uma atenção cuidadosa e respeito, de modo a poder oferecer modelos de ajuda e critérios éticos que acompanhem estas novas realidades.

- *Ética do tratamento.* A Ordem coloca todos os seus esforços no cuidado e na assistência das pessoas, utilizando todos os tratamentos e recursos disponíveis. No campo clínico, recordamos em particular os transplantes de órgãos, que devem ser encorajados promovendo nos nossos Centros uma maior difusão da "cultura da doação". Esta cultura manifesta também o sentido de solidariedade e responsabilidade em relação à comunidade.

Além disso, os tratamentos devem também envolver o paciente no processo de tomada de decisão; ele deve ser responsável, juntamente com o médico, pelos seus próprios cuidados. Neste sentido, deve ser aplicado e promovido o modelo da aliança terapêutica entre a equipa profissional e o doente.

- *Ensaios clínicos. Ética na investigação.* Nos Centros onde ocorrem, os ensaios clínicos devem ser realizados de acordo com as normas éticas internacionais e sempre com o critério fundamental do respeito e proteção da pessoa. Sempre que possível, devem ser criados *Comités, ou Comissões de Ética de Investigação Clínica*. Caso falem, poderá ser solicitado o parecer de comités, ou comissões, de outras organizações afins.
- *Ética das novas tecnologias.* Nos Centros da Ordem onde isso seja viável, deve também ser promovida a utilização das novas tecnologias. De facto, trata-se da aplicação de novos meios, frequentemente sofisticados, a fim de cuidar melhor da pessoa doente, garantindo e protegendo ao mesmo tempo os seus direitos.
- *Comités, ou comissões, de Ética.* É conveniente que todos os Centros da Ordem tenham o seu próprio Comité, ou Comissão, de Ética, de acordo com o tipo de atividade que realizam. Isto torna possível a especialização sobre os dilemas concretos que possam surgir em cada realidade. Quando não for possível dispor de um próprio Comité, ou Comissão, de Ética, é possível estabelecer uma parceria com outro centro, que funcione como ponto de referência, ou constituir um entre

vários centros com atividades semelhantes e num mesmo contexto. A proximidade do debate sobre questões éticas favorece a cultura ética entre os profissionais e torna possível enfrentar com maior certeza as situações específicas que se possam manifestar.

## **2. Proteção e promoção dos direitos das pessoas assistidas**

A Ordem assume a responsabilidade de respeitar todos os direitos reconhecidos ou proclamados em favor da proteção e promoção das pessoas. A fim de proporcionar uma atenção abrangente, no campo clínico, social ou educacional, concentra-se nos seguintes temas:

- *Privacidade.* Deve-se garantir às pessoas assistidas uma privacidade adequada, tendo sempre em conta a relação profissional com elas e estruturando os ambientes e os métodos de a assegurar, protegendo o direito à privacidade em todas as dimensões, nomeadamente:
  - corporal, cuidando dos espaços e das condições ambientais.
  - respeito e confidencialidade relativamente às suas observações, crenças e valores.
  - pedido de consentimento informado, depois de terem sido fornecidas informações corretas e objetivas.
- *Segredo profissional.* Deve ter-se sempre em conta a necessidade de respeitar o segredo profissional, que foi a pedra angular da abordagem médica desde a época de Hipócrates. Os dados e informações clínicas pertencem à pessoa e, portanto, devem ser tratados com o seu consentimento; só deve ser partilhado com outros profissionais o que é essencial para o processo assistencial, e isso deve ser feito com profissionalismo e respeito, utilizando as formas adequadas que o garantam.

Os avanços tecnológicos no âmbito das tecnologias de informação e comunicação obrigam-nos a estar atentos aos circuitos e sistemas de proteção e segurança, a fim de não violarmos o direito à confidencialidade e assegurarmos uma proteção adequada dos dados das pessoas.

- *Veracidade.* O direito à verdade implica que a pessoa assistida deve ser sempre informada sobre as suas condições de saúde no que respeita às suas capacidades de receber cuidados, com a atenção humana que isso implica. O proprietário desta verdade é apenas o doente e não os membros da sua família, a menos que a pessoa assistida solicite que a informação seja partilhada com algum deles, ou que, devido à sua condição, seja legalmente representado por um tutor. A comunicação da verdade assume particular importância em situações clínicas que envolvam a escolha da pessoa assistida.



- *Autonomia e liberdade de consciência.* É a pessoa assistida que deve sempre decidir, de acordo com a sua consciência, sobre todas as decisões que afetam a sua saúde ou a própria situação existencial.

A pessoa assistida deve ser devidamente informada, mas sem qualquer coação ou condicionamento. Com exceção das pessoas legalmente incapacitadas (nas quais intervém o seu representante, ou tutor, legal), só a pessoa assistida deve tomar as próprias decisões, sem deixar de ser acompanhada e aconselhada no que for necessário. Nos nossos centros, respeitamos e encorajamos as pessoas a participar ativamente no processo de cura.

### **3. Proteção de pessoas em situações de especial vulnerabilidade**

A vulnerabilidade é uma marca de fragilidade, característica de todo o ser humano. No entanto, há pessoas nas quais a vulnerabilidade é muito mais acentuada e, por conseguinte, elas necessitam de mais atenção por parte da Ordem. No nosso contexto atual, podemos referir as seguintes situações concretas:

- *Pessoas em condições de pobreza.* Esta é uma situação em que se manifesta uma vulnerabilidade específica, da qual dependem muitas outras. Além disso, todas as outras formas de vulnerabilidade são acentuadas em situações de marginalidade económica e social.
- *Pessoas com problemas de dependência.* O problema das pessoas viciadas coloca sérios desafios à Ordem Hospitaleira, que atua nessas áreas de várias formas (serviços de prevenção, primeiros socorros, procedimentos de desintoxicação e desabilitação, tratamento médico de complicações, etc.). De facto, se não houver uma proposta forte, capaz de preencher o vazio de valores que leva à viciação, a pessoa viciada nunca poderá vencer a sua batalha contra o vício. A Ordem, devido à sua missão específica e ao seu modelo de cuidados, está em condições de oferecer valores sólidos às pessoas.

Alguns vícios a considerar são a toxicod dependência, a dependência do álcool, predominante em alguns países, a crescente viciação em novas tecnologias (Internet, videojogos, etc.), bem como a viciação noutros jogos, no sexo, em compras compulsivas, etc.

- *Pessoas com doenças infecciosas.* Em algumas partes do mundo existem várias doenças infecciosas, como o paludismo (malária), a tuberculose e algumas novas patologias virais, que causam muitas vítimas. Nos países onde estas doenças estão mais disseminadas e nos quais a Ordem está presente, os cuidados médicos e humanos dos pacientes que sofrem destas doenças devem constituir uma prioridade absoluta de atenção. A propagação de doenças sexualmente transmissíveis e as suas implicações sociais exigem que a Ordem encontre uma

resposta robusta, com iniciativas de acolhimento e tratamento adequados, respeitando a dignidade e a privacidade das pessoas.

- *Pessoas com doenças raras.* Devido à baixa incidência destas patologias e à baixa margem de lucro para a indústria farmacêutica, verifica-se uma "orfandade terapêutica" relativamente à investigação e ao desenvolvimento de medicamentos específicos. Elas representam, assim, uma nova forma de pobreza, com o risco de exclusão das políticas de saúde e das prioridades económicas.

Esta situação constitui um objeto especial de atenção ética por parte da Ordem, que deverá assegurar os seus cuidados de forma correta e equitativa.

- *Pessoas com deficiências diversas.* Uma sociedade verdadeiramente humana não pode ser orientada para os "fortes", mas para os "fracos", para as pessoas com maiores dificuldades. Portanto, além dos trabalhos específicos de apoio aos deficientes, a Ordem deve exercer uma função forte de testemunho e de apoio neste âmbito: pessoas com doenças ou alterações físicas ou psíquicas (devido à experiência biográfica pessoal do nosso Fundador, foram uma categoria de doentes aos quais sempre se reservou um tratamento especial nas nossas obras assistenciais). Os critérios éticos de assistência deverão ser deliberados a partir de um conceito correto de inclusão social de todas as pessoas.
- *Pessoas mais velhas.* A Ordem, quando destina centros a pessoas idosas, deve esforçar-se, na medida possível, por fomentar os laços emocionais entre a pessoa idosa e a sua família de origem, ajudando também a remover quaisquer obstáculos que possam interferir. A permanência da pessoa idosa numa casa gerida pela Ordem não deve ser entendida apenas como uma solução de alojamento, mas deve ser profundamente marcada pelo seu sentido carismático de respeito, pela assistência e promoção da pessoa, em quaisquer circunstâncias. Situações cada vez mais frequentes de demência e de doenças neurodegenerativas levam-nos a prestar uma especial atenção ao respeito pela dignidade, à proteção e aos direitos destas pessoas.
- *Pessoas que são vítimas de abuso.* Um dos problemas mais atuais é o abuso de menores e de adultos em situações de maior vulnerabilidade, que pode assumir a forma de abuso físico, psicológico e sexual e/ou de maus-tratos. No que diz respeito aos Centros da Ordem, um tipo particular de abuso é o de natureza institucional. Todos os tipos de abuso acima referidos podem potencialmente ocorrer em instituições hospitalares. A Ordem desenvolveu um conjunto de diretrizes para a prevenção e abordagem desta questão, exortando as Províncias a elaborar protocolos específicos, com critérios e diretrizes específicas. "As Obras da Ordem devem ser espaços seguros para todos, especialmente para as pessoas mais vulneráveis" (Capítulo Geral, 2019).
- *Mutilação genital feminina.* Para além do dano físico que implica, devemos considerar neste caso os danos psicológicos que esta prática causa às mulheres,

frequentemente traduzidos em formas de abandono, desmotivação e submissão da mulher. Portanto, para além de uma firme condenação e denúncia social desta prática, deve ser prestada uma atenção especial aos cuidados de saúde das mulheres que são vítimas dela, oferecendo-lhes acolhimento e um apoio social e psicológico adequado.

- *Migrantes e pessoas sem abrigo.* As respostas da Ordem para estas pessoas são, e podem ser, muito diversas, sugeridas pela criatividade daqueles que sabem escutar o "grito" da desigualdade e as interpelações do Espírito. Ir ao encontro da realidade e das necessidades destas pessoas permite-nos dar respostas concretas e adequadas à situação social de cada país. Apesar de terem passado muitos séculos, o cenário desta "humanidade sofredora" será porventura muito semelhante à que São João de Deus teve diante de si. Por isso, cada tipo de intervenção em favor destas pessoas (de ordem material, de alojamento, no plano da saúde, psicossocial, laboral, etc.) corresponde a uma continuidade carismática na qual a pessoa e a sua inclusão social são o principal critério de referência.
- *Vítimas de tráfico de seres humanos.* Uma das formas de escravidão moderna é também o tráfico de pessoas, frequentemente destinadas à prostituição, à extração de órgãos, ao uso na guerra, ao tráfico de drogas, a trabalhos forçados, etc. Muitas vezes, são os menores que sofrem com este tipo de tráfico. A Ordem é sensível e está atenta aos cuidados a prestar a estas pessoas. Considera as dimensões da sua proteção, defesa e auxílio, a fim de salvaguardar a sua dignidade, de promover a possibilidade de um futuro seguro e de evitar que entrem num círculo de abuso e exploração.

#### **4. Ética de gestão**

A gestão e direção dos nossos Centros e serviços deve ser sempre orientada pelo princípio da humanização que inspira os nossos modelos de assistência às pessoas. As abordagens éticas não se limitam ao âmbito assistencial. Toda a organização, como um todo, deve ser coerente, tendo uma abordagem ética.

Pela natureza e identidade da Ordem, devemos trabalhar para garantir que as nossas organizações sejam reconhecidas e identificadas como organizações éticas, que se esforçam por atuar em todas as suas dimensões com o maior grau possível de excelência em favor das pessoas.

Os nossos Centros cooperam também com outras entidades, instituições e partes interessadas (*stakeholders*), de vários tipos, o que exige reciprocamente lealdade, transparência e respeito pela ética.

Podemos considerar os seguintes aspetos:

- *Utilização de recursos.* O nosso Fundador foi no seu tempo um precursor da assistência e dos cuidados de saúde e atuou estabelecendo critérios para a organização e a alocação de recursos. Tal como ele, também nós somos obrigados a introduzir inovações de ponta nos nossos Centros, tendo em conta os princípios de responsabilidade, equidade e justiça.

Todos os recursos que são utilizados de forma inadequada ou desnecessária estão a ser furtados às pessoas que necessitam deles para a sua recuperação da saúde ou para a sua interação social. Os bens e meios que temos à nossa disposição existem em função do serviço aos outros e, portanto, devem ser utilizados de modo proporcional e adequado.

- *Transparência administrativa.* Em termos de gestão financeira, os nossos Centros devem distinguir-se pela sua transparência financeira e serem exemplares na gestão ponderada e correta de fundos públicos, privados ou doados, bem como pelo tipo de investimentos financeiros que realizam.
- *Segurança.* Os nossos locais de trabalho devem garantir a máxima segurança, tanto para as pessoas assistidas como para os Colaboradores da Ordem. Devem respeitar a legislação em vigor e as normas internacionais sobre segurança nos locais de trabalho, garantindo a máxima segurança com o menor risco possível, condições de espaço adequadas, a eliminação de barreiras arquitetónicas, o tratamento correto de materiais perigosos, bem como o cumprimento dos controlos periódicos ambientais e alimentares.
- *Pluralismo.* A nossa missão em cada Centro é muito rica e diversificada e, por conseguinte, a forma como os organizamos deve respeitar esse pluralismo. Os nossos valores e a cultura de cada Centro serão a área específica em que esta dimensão pluralista se articula. Ninguém pode reivindicar para si o título de "proprietário". Os cargos de responsabilidade e direção devem ser exercidos para realizar um projeto institucional, previamente discernido e consensual, através de uma liderança que tenha em conta todas as pessoas, quer os profissionais quer sobretudo as pessoas assistidas, de acordo com os valores e a missão da Ordem. Isto implica um compromisso no respeito pela diversidade e universalidade inclusiva.
- *Delegação. Participação. Desempenho de papéis funcionais.* Devemos trabalhar com o objetivo de que cada pessoa adquira todas as competências de que é capaz e as possa exercer de forma responsável, qualquer que seja a sua função ou lugar que ocupe na organização. Neste sentido, é necessário favorecer mecanismos de delegação responsável e trabalhar com um estilo de confiança e de promoção das pessoas.

- *Política de recursos humanos / Direção de pessoas.* A Ordem Hospitaleiro de São João de Deus deve, como organização, demonstrar abertamente uma vontade sincera de agir de forma profissional e transparente nas relações com os seus Colaboradores, à luz da legislação em vigor, da doutrina social da Igreja e da salvaguarda e proteção dos direitos humanos. Em caso algum isso deve ser feito em detrimento da proteção e dos direitos das pessoas assistidas, que são o principal objetivo dos nossos Centros.

Eis alguns princípios relevantes na direção e liderança de pessoas:

- *Profissionalismo.* Dado que aspiramos a prestar uma assistência integral e nos sentimos chamados a dar uma resposta profissional nas nossas obras, o nosso profissionalismo deve estar absolutamente acima de qualquer dúvida e controvérsia. A ética da responsabilidade implica garantir uma assistência profissionalizada, adequada aos meios de cada contexto. Por respeito às pessoas assistidas, temos a obrigação de selecionar os melhores profissionais possíveis (em termos de qualidades humanas e competência técnicas) para levar a cabo a nossa missão.
- *Seleção de pessoal e contratos de trabalho.* O pessoal deve ser selecionado em função das suas capacidades técnicas e humanas, assegurando que as suas motivações, competências e conduta respeitam os princípios da Ordem e se atenham aos seguintes critérios contratuais:
  - Competências técnicas.
  - Competências humanas e relacionais.
  - Qualidades éticas.
- *Relações com os nossos Colaboradores.* Tendo em conta que a pessoa humana é o elemento fundamental de toda a nossa organização, devemos estar certos de que a gestão dos recursos humanos é concebida para motivar, não para desmotivar, para atrair, promover e integrar as pessoas com quem trabalhamos, de forma coerente com as suas necessidades e os objetivos dos nossos Centros, sempre baseados em critérios de justiça social.
- *Remuneração.* A doutrina social da Igreja considera o salário como a comprovativo específico da existência de justiça social nas relações laborais. Mas, para além da remuneração específica existente, devemos permanecer abertos a uma verdadeira atitude de compromisso para melhorar as condições financeiras e sociais dos nossos Colaboradores.
- *Reconhecimento.* Para além de um bom processo de seleção e avaliação do pessoal, é essencial acompanhar os trabalhadores ao longo da sua carreira profissional. Num contexto em que trabalhamos com limitações, com o sofrimento, com a exclusão, temos de nos ajudar mutuamente para dispormos de ferramentas e dinâmicas que nos ajudem a manter o compromisso com a missão. Além dos

aspectos da remuneração, das condições de trabalho, etc., é importante favorecer políticas de reconhecimento das pessoas, a nível individual e/ou coletivo. Na Ordem, as pessoas, os Colaboradores e os Irmãos constituem o elemento essencial para a prossecução dos objetivos e da missão da organização.

Para garantir que são organizações éticas, os Centros da Ordem devem promover e ter em conta questões como:

- Dispor de sistemas de informação interna e externa que garantam uma correta prestação de contas, segundo os princípios da honestidade, humildade e transparência.
- Articular mecanismos para detetar situações de conflito ético, quer no plano assistencial quer não, a fim de as poder abordar e gerir corretamente.
- Abordar com critérios éticos os possíveis conflitos de interesse que possam surgir, tanto nas relações internas como externas.
- Atuar segundo princípios éticos nas relações comerciais, na celebração de acordos, convenções e em outras interações com os fornecedores, entidades ou grupos com os quais mantenham quaisquer tipos de convenção ou colaboração.
- Incentivar a formação atualizada e a promoção de uma cultura ética entre os Irmãos e os Colaboradores dos Centros da Ordem.

## **5. Defesa da integridade do mundo criado**

A Ordem de São João de Deus centra a sua ação na prevenção, no restabelecimento e promoção da saúde das pessoas, numa visão holística. Sabemos que não podemos ter boa saúde num planeta doente. A proteção e defesa do ambiente e de todo o mundo criado é um princípio ético-moral que devemos considerar nas nossas abordagens e nos nossos atos.

Baseando-nos na ética da responsabilidade, não podemos esquecer a solidariedade que devemos ter com as nossas gerações futuras, nem podemos ignorar as consequências das nossas ações sobre o ambiente e o planeta.

Tomamos também em consideração os *17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* (ODS) que orientam a "Agenda 2030" das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável. Eis alguns, intimamente relacionados com a nossa missão:

- Fim da pobreza.
- Eliminação da fome no mundo.
- Saúde e bem-estar.
- Igualdade de género.
- Água potável e saneamento.

- Redução das desigualdades.
- Paz, justiça e instituições sólidas.
- Parcerias para alcançar os objetivos.

As iniciativas promovidas para alcançar estes objetivos terão como efeito uma sociedade mais hospitaleira e com um maior compromisso ético.

- *Deveres para com os recursos da biosfera.* A proteção da integridade do mundo criado está subjacente à crescente preocupação com o ambiente. O equilíbrio ecológico e a utilização sustentável e equitativa dos recursos mundiais são elementos importantes nas relações com todas as comunidades da nossa aldeia global. Devemos promover atitudes estratégicas que criem relações responsáveis com o ambiente em que vivemos e que partilhamos, e do qual somos meros administradores.
- *Algumas estratégias operacionais.* A fim de promover um verdadeiro respeito pelo ambiente, podemos também realizar nos nossos Centros algumas tarefas prioritárias, nomeadamente:
  - Garantir os interesses vitais das gerações futuras face os interesses menos urgentes da geração atual.
  - Dar prioridade a intervenções cujos danos inevitáveis sejam reversíveis.
  - Dar prioridade às fontes de energia renováveis.
  - Defender o valor de cada realidade natural. Na maior parte dos nossos Centros existem jardins, ou parques, dos quais devemos cuidar. Outros centros estão localizados no campo, em aldeias, em zonas naturais pelas quais temos de ter um respeito especial.
  - Tornar compatíveis as tecnologias modernas com a experiência dos ritmos naturais e as exigências do mundo criado.
  - Fazer uma utilização racional e responsável dos meios e materiais de que dispomos.
  - Optar sempre pelas alternativas mais ecológicas possíveis e fazer um tratamento adequado de todos os resíduos gerados nos Centros.

O conceito de justiça social não pode ser separado do compromisso ecológico. Os dilemas sociais, económicos, políticos e ecológicos não podem ser considerados separadamente. Uma abordagem ética da ecologia integral inclui a proteção da diversidade cultural e ambiental, o combate à pobreza e às suas causas, e o restabelecimento da dignidade de todo o mundo criado.

## **PROMOVER A ÉTICA NA ORDEM**

Todos os temas enumerados neste Código de Ética, juntamente com os que são mais amplamente abordados na *Carta de Identidade*, devem também ser objeto de planos específicos de educação e formação na Ordem, tanto para os Irmãos como para os Colaboradores.

Promover a cultura ética nas pessoas e organizações da Ordem ajuda-nos a realizar a nossa missão de uma forma mais perfeita. Este é um aspeto fundamental e transversal que diz respeito certamente aos aspetos clínicos, mas também sociais, ambientais, de investigação, bem como ao modelo e à organização das estruturas da Ordem.